
**XI Congresso Internacional
das Licenciaturas**

**TRANSFORMANDO ESPAÇOS: UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA
ESCOLA MAIS ACESSÍVEL**

**TRANSFORMAR ESPACIOS: UN EXPERIMENTO PARA CONSTRUIR UNA
ESCUELA MÁS ACCESIBLE**

**TRANSFORMING SPACES: AN EXPERIMENT IN BUILDING A MORE
ACCESSIBLE SCHOOL**

Apresentação: Relato de Experiência

Gustavo dos Santos Lima¹; Vitor Carvalho Silva²; Giovanna Linhares Cavalcanti³; Viviane da Silva Medeiros⁴;

INTRODUÇÃO

A acessibilidade é uma ferramenta relevante no ambiente escolar para a adequação de toda a comunidade estudantil no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que segundo Santos, et al, a escola se configura como um ambiente em que os estudantes aprendem a conviver em sociedade e descobrem os diversos contextos sociais na qual estão inseridos e sobre a sua relevância para o seu desenvolvimento pessoal. De forma semelhante, a Escola Agrícola de Jundiá desempenha um papel significativo na vida das pessoas que lá estudam, uma vez que, introduz o ambiente acadêmico e aperfeiçoa a relação interpessoal.

Nesse contexto, de acordo com a Declaração de Salamanca: Recomendações para a Construção de uma Escola Inclusiva realizada em 2003, as escolas devem reconhecer as diferentes necessidades das pessoas e a elas atender, adaptando-se a cada indivíduo. Entretanto, a implementação de práticas acessíveis revelou-se um desafio e uma oportunidade de aprendizado, uma vez que, de acordo com Santos (2011), o Brasil ainda apresenta dificuldades na formação de um projeto pedagógico e arquitetônico escolar que contribua positivamente no processo de aprendizagem, sendo constantes a falta de manutenção e a deterioração do ambiente.

Partindo desse pressuposto, a inclusão de estudantes com deficiência no ensino público é um processo fundamental para promover equidade e ampliar a diversidade

¹ Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, EAJ/UFRN, gustavolimaj155022@gmail.com

² Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, EAJ/UFRN, vitor.carvalho.125.@ufrn.edu.br

³ Enfermagem, UFRN, giovanna.linhares.709@ufrn.edu.br

⁴ Doutora em Comportamento Animal, EAJ/UFRN, vivianemedeiros.eaj@gmail.com

acadêmica. Esse relato de experiência demonstra que a inclusão na rede pública de ensino não se resume apenas ao acesso, mas também com a criação de condições favoráveis para que esses estudantes possam desenvolver plenamente suas potencialidades.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

No ano de 2021, ocorreu o ingresso de um aluno com deficiência motora, que fazia uso de cadeira de rodas, no curso técnico em informática integrado ao ensino médio na Escola Agrícola de Jundiá (EAJ/UFRN) que no momento encontrava-se na modalidade de ensino remoto, por consequência da pandemia de COVID-19. Desse modo, não era possível o acesso ao espaço físico da escola, limitando-se a percepção de acessibilidade e inclusão do ambiente escolar diante do contexto pandêmico. No entanto, o retorno a presencialidade no ano de 2022, mostrou-se um desafio por meio de diferentes perspectivas, a do aluno a qual não possuía familiaridade com o ambiente, também a escola, que não mostrava-se adequada estruturalmente para sua recepção e locomoção ao longo de sua estrutura física que apresentava barreiras arquitetônicas importantes (Figura 1). Além das referidas barreiras, havia a dificuldade de pessoas que atendessem às necessidades motoras do aluno, além da locomoção, como as de higiene pessoal e auxílio para alimentação e transporte adequado que o trouxesse para a escola e o levasse em segurança para casa.

Figura 01: Setor de informática antes das políticas de acessibilidade



Fonte: Relatório Anual da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade da EAJ/UFRN 2022

De acordo com o Artigo 2º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os(as) alunos(as), cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais

específicas, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”. Nessa perspectiva a escola buscou adequar sua estrutura física às necessidades do estudante, por meio da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade da EAJ, sendo solicitada a implementação de rampas para acesso ao local (Figura 2), de modo a contribuir para sua acessibilidade e interação com o espaço de ensino da EAJ/UFRN, bem como a adequação da localização da sala de aula destinada às suas atividades estudantis, mudando a turma que o estudante fazia parte para prédio em frente ao restaurante universitário, com vistas a facilitar sua ida nos momentos destinados às refeições, assim minimizando deslocamentos e promovendo melhor locomoção e conforto ao aluno em meio ao seu cotidiano escolar. Dentre outras medidas, como a criação de duas bolsas estudantis destinadas a alunos que o auxiliam na sua rotina e nas necessidades que podem surgir no decorrer do dia.

Figura 02: Setor de informática após a implementação das políticas de acessibilidade



Fonte: Própria (2024)

Observa-se a relevante adequação do espaço para a inserção do aluno no contexto estudantil, entretanto é válido destacar que a escola como parte de um órgão público federal deveria possuir sua estrutura adequada a essas necessidades, de forma que o acesso previsto na legislação para pessoas com deficiência não trouxesse de forma intempestiva tantos obstáculos como as barreiras observadas: tecnológicas, nos transportes, arquitetônicas, e urbanísticas, dificultando a permanência de um estudante portador de deficiência física. É importante salientar que a EAJ conseguiu adequar a escola de forma rápida, por apresentar uma comissão permanente de inclusão e acessibilidade (CPIA), que demandou todos os esforços para que a escola estivesse pronta e que fosse inclusiva e acessível.

Além disso, esta movimentação se mantém presente na escola, mas com muitas dificuldades, pois assim como em outras esferas públicas há necessidade de profissionais capacitados para acompanhar estudantes com necessidades educacionais específicas, pessoas com deficiência ou com superdotação, aqui na EAJ não há disponíveis tantos profissionais

especializados em inclusão e acessibilidade quantos são necessários e a capacitação de servidores docentes e administrativos ainda é rudimentar. Isso representa uma problemática não só para os estudantes que estão na escola, é também para futuros ingressantes da instituição que necessitem desse tipo de adequação em outras localidades do ambiente escolar, representando um obstáculo à inclusão de novos alunos com deficiência na instituição.

CONCLUSÕES

A Escola Agrícola de Jundiá mostrou-se efetiva na superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, à inclusão e acessibilidade de um estudante com deficiência motora, bem como na prestação de serviços de assistência social, visto que possibilitou a locomoção do estudante durante seu ensino médio, contribuindo para a sua permanência e conclusão de curso técnico de nível médio integrado à formação profissional, em uma escola pública gratuita e de qualidade. Porém, vale salientar que em uma proposta de inclusão e acessibilidade ideal as normas e estruturas deveriam contemplar as possíveis barreiras para acesso de pessoas com alguma necessidade específica. Melhorar na divulgação de serviços de apoio da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) ligada à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade da instituição que ainda não se mostra conhecida da comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/112_estudo_de_caso_133.pdf

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais Brasília.

CPIA EAJ (2022). Relatório Anual da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade da EAJ/UFRN

SANTO, Amabeli Dell, et al. Estudo de caso sobre acessibilidade em escola municipal, Colatina-ES. Simpósio Brasileiro De Qualidade De Projeto Do Ambiente Construído 6.1 (2019): 1226-1236.

SANTOS, Elza Cristina. Dimensão lúdica e arquitetura: o exemplo de uma escola de educação infantil na cidade de Uberlândia. 2011. 363 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.